



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

RELATÓRIO ANUAL

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

2010

SUMÁRIO

1.	Composição do Conselho.....	03
2.	Apresentação.....	05
3.	Síntese das Atividades Desenvolvidas em 2010.....	06
3.1	Evolução das Entradas de Recursos no CERF por Espécie.....	06
3.2	Movimentação dos Recursos no CERF.....	06
3.3	Quantidade de Recursos Julgados por Espécie.....	07
3.4	Resumo Geral de Recursos Julgados.....	07
3.5	Índice de Participação Relativo ao Total de Recursos Julgados - Gráfico 01.....	08
3.6	Valores dos Créditos Tributários Relativos aos Recursos Julgados por Espécie.....	08
3.7	Recursos Julgados - Evolução Anual de 2006 a 2010.....	09
3.8	Evolução da Quantidade de Recursos Julgados por Ano - Gráfico 02.....	09
3.9	Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - Primeira Câmara.....	10
3.10	Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - Segunda Câmara.....	10
3.11	Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - Pleno (Recursos de Revista).....	11
3.12	Total de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão.....	11
3.13	Quantidade de Acórdãos por Quórum de Votação.....	12
3.14	Comparativo Anual de Recursos Julgados - Período de 2006 a 2010.....	12
3.15	Quantidade de Sessões de Julgamento Realizadas.....	13
3.16	Comparativo Anual de Sessões de Julgamento Realizadas.....	13
3.17	Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Primeira Câmara.....	14
3.18	Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Segunda Câmara.....	14
3.19	Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Pleno (Recursos de Revista).....	14
3.20	Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro - Suplentes.....	15
3.21	Índice de Participação dos Conselheiros no Total de Recursos Distribuídos - Gráfico 03.....	15
3.22	Aprovação de Súmulas.....	16
3.23	Participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual.....	16
3.24	Índice de Participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual - Gráfico 04.....	16
4.	Anexos.....	17
4.1	Organograma do CERF.....	18
4.2	Fluxograma do CERF.....	19
4.3	Missão e Atribuições do CERF.....	20
4.4	Organograma da Secretaria Executiva do CERF.....	21
4.5	Consultoria/Assessoria.....	22

1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

João Antônio Nunes da Silva

Presidente

Marco Antônio Fontana

Vice-presidente

CONSELHEIROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

Carlos Heugênio Duarte Camisão

João Alfredo Ferreira Reisen

Marco Antônio Fontana

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

Marco Antonio Ferreira Barcellos

Representante da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo

Thiago Nader Passos

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Karla Renata Braz de Assis

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

Douglas Gianordoli Santos Júnior

CONSELHEIROS DA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

Edésio Medeiros Assad

Manoel Lucio Alves Fernandes

Maria das Graças Bastos Lima

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

Waldenor Cezário Mariot

Representante da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo

Maria Carmem de Freitas Coutinho de Souza

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Eduardo Antonio Santos Sampaio

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Rafael Induzzi Drews

CONSELHEIROS SUPLENTE

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

Maria Teresa de Siqueira Lima
Neuza Rodrigues Bittencourt
Rogério Zanon da Silveira

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

José Maria Barboza

Representante da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo

Henrique Ângelo Denicoli Júnior

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Maria Elisa Zago Rocha

REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - SUPLENTE

Luiz Carlos de Oliveira
Santuzza da Costa Pereira Azeredo

EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

Marialva Vianna Gastalho Amaral - Chefe de Secretaria
Alessandro Anders Ferreira – Estagiário¹
Eduardo Müller Marroque – Estagiário²
Gustavo dos Santos Silva – Estagiário³
Ildeu Lopes Machado - Técnico Organizacional Jr.
Ivone Rangel de Andrade Canhamaque - Auxiliar Administrativo⁴
Jacenira Alves de Souza - Auxiliar Administrativo⁵
José Roberto de Oliveira - Consultor do Executivo - 1.^a Categoria
Leonardo Santos Garcia – Estagiário⁶
Rodolpho Henrique Moura Santos - Estagiário⁷
Rosane Maria Braga dos Santos - Oficial Administrativo

Notas:

¹ Iniciou as atividades em 05/04/2010;

² Rescindiou contrato em 05/05/2010;

³ Iniciou as atividades em 02/05/2010;

⁴ Afastou-se por aposentadoria em 23/03/2010;

⁵ Designada pela Portaria S Nº 66 de 22/07/2010, para exercer a Função Gratificada - FG.01;

⁶ Rescindiou contrato em 05/10/2010;

⁷ Iniciou as atividades em 05/10/2010.

2. APRESENTAÇÃO

Este relatório é uma síntese das atividades desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF no ano de 2010.

A sua apresentação aos conselheiros e ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Fazenda cumpre a determinação contida no art. 10, XXIV, do Regimento Interno do Colegiado, aprovado pelo Decreto n.º 1.353-R, DE 13 de julho de 2004.

O relatório está dividido em partes que destacam: a evolução da entrada de recursos, por espécie; a movimentação dos recursos; a quantidade de recursos julgados, por espécie, nas 1.ª e 2.ª Câmaras do Conselho; um resumo geral dos recursos julgados; os índices de participação relativos ao total de recursos julgados; os valores dos créditos tributários relativos aos recursos julgados, por espécie; a evolução anual de 2006 a 2010 dos recursos julgados; a evolução da quantidade de recursos julgados por ano; a quantidade de recursos julgados por modalidade de decisão nas 1.ª e 2.ª Câmaras; o total de recursos julgados no ano; o comparativo anual dos recursos julgados de 2006 a 2010; a quantidade de sessões de julgamento realizadas; a quantidade de recursos distribuídos por conselheiro; a participação dos conselheiros nos recursos julgados e a participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual.

Os indicadores constantes do presente relatório, se bem analisados, podem constituir-se em poderosa ferramenta de trabalho para o planejamento das atividades de administração tributária, porquanto revelam, concretamente, os aspectos positivos e negativos das ações de fiscalização e, sobretudo, da gestão do contencioso administrativo-fiscal, considerada em seu conjunto.

Registramos, com satisfação, mais uma vez, no ano de 2010, absoluta normalidade na tramitação e no julgamento dos processos administrativo-fiscais em segunda instância, conforme detalhado no presente Relatório – **nossa Prestação de Contas Anual**.

Por último, queremos externar os nossos agradecimentos aos membros deste egrégio Conselho (conselheiros e procuradores) e à nossa equipe de servidores pela participação fundamental, dedicação e empenho no desenvolvimento de suas tarefas, permitindo que os trabalhos se realizassem a contento.

João Antônio Nunes da Silva
Presidente do CERF

3. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2010

3.1 EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO CERF POR ESPÉCIE

Ano	Recurso de Ofício	Recurso Voluntário	Recurso de Revista	Total
2006	66	59	-	156
2007	113	179	-	125
2008	146	109	07	262
2009	149	100	-	249
2010	214	124	-	338

3.2 MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS NO CERF

Saldo Pendente de Julgamento 31/12/2009: 60			Entradas	Saídas	Pendentes 31/12/2010 (3)
Processos não julgados. Extinção – Lei nº 9080/08 e Lei nº 9081/08 (1)	Processos não julgados, objeto de transação/acordo – Lei nº 9454/10 (2)	Recursos a serem apreciados de 31/12/09			
(26)	(01)	33	338	285	86

Notas:

¹ Incluídos como recursos a serem apreciados de 31/12/2009, entretanto, **não julgados** em decorrência de terem sido alcançados pelos benefícios da Lei n.º 9080/08 e Lei n.º 9081/08;

² Proc. N.º 47651946 - A.I. n.º 2.062.019-3 – O mesmo foi objeto de transação/acordo – Lei n.º 9454/10;

³ **Situação dos Pendentes:** diligências: 5; para distribuir: 13; para pauta 11; relatados 17; com conselheiros 31; com procuradores 9.

3.3 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

Mês	1.ª CÂMARA			2.ª CÂMARA			PLENO	Total Geral
	De Ofício	Voluntário	Total	De Ofício	Voluntário	Total	Recurso de Revista	
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	02	02	04	05	02	07	-	11
Março	46	10	56	10	03	13	-	69
Abril	08	03	11	07	04	11	-	22
Maió	09	04	13	06	06	12	-	25
Junho	03	03	06	01	02	03	-	09
Julho	07	-	07	17	03	20	-	27
Agosto	04	02	06	10	06	16	-	22
Setembro	09	02	11	01	04	05	-	16
Outubro	02	06	08	06	04	10	-	18
Novembro	11	04	15	09	05	14	-	29
Dezembro	15	03	18	11	04	15	-	33
TOTAL	116	39	155	83	43	126	-	281

3.4 RESUMO GERAL DE RECURSOS JULGADOS

Pleno	-
Primeira Câmara de Julgamento	155
Segunda Câmara de Julgamento	126
TOTAL GERAL	281

3.5 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO RELATIVO AO TOTAL DE RECURSOS JULGADOS

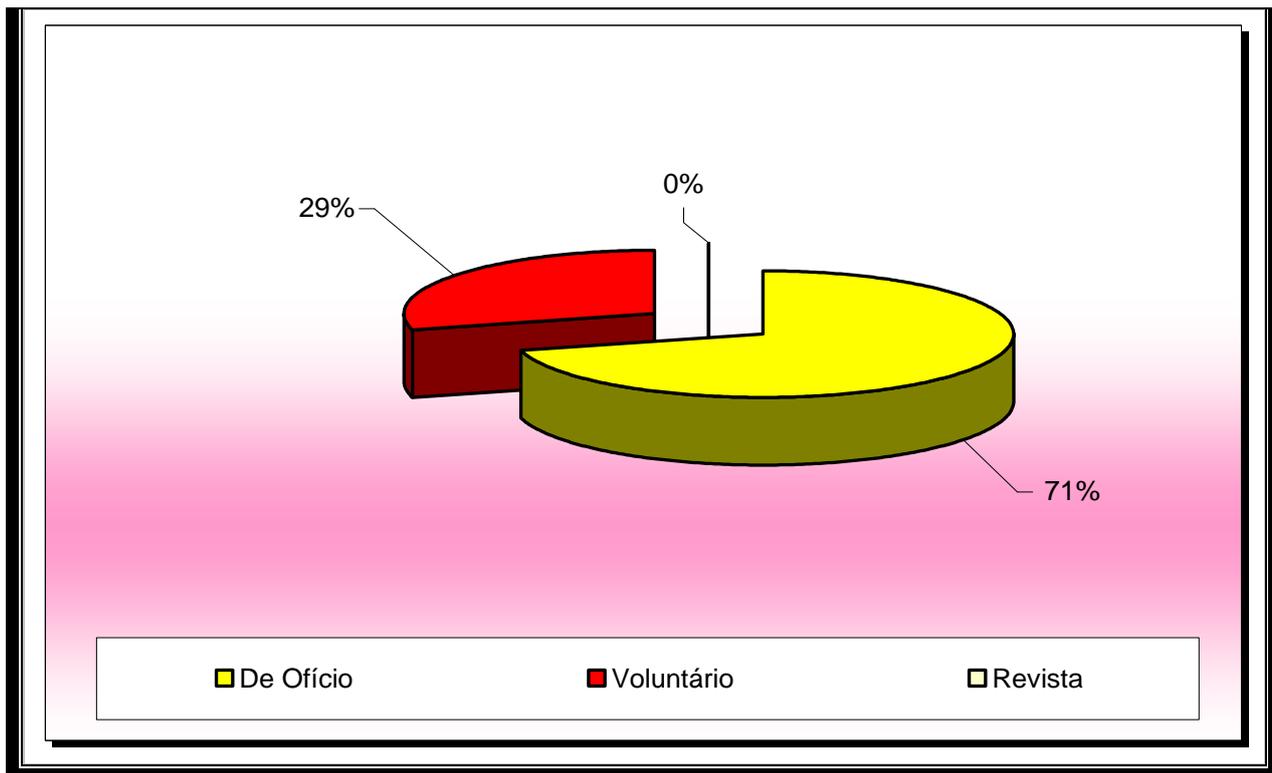


Gráfico 01

3.6 VALORES DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AOS RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

1 VRTE = R\$ 2,0074				
Ano	De Ofício	Voluntário	Revista	Total em VRTE
2010	33.351.679,6637	117.804.863,7039	-	151.156.543,3676

TOTAL: R\$ 299.628.004,24

3.7 RECURSOS JULGADOS - EVOLUÇÃO ANUAL DE 2006 A 2010

Ano	Quantidade
2006	151
2007	183
2008	325 ¹
2009	272 ²
2010	281

Notas:

¹ Incluídos 05 Recursos de Revista;

² Incluído 01 Recurso de Revista.

3.8 EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ANO



Gráfico 02

3.9 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

PRIMEIRA CÂMARA

Mês	Modalidades					Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	Decadência	
Janeiro	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	02	02	-	-	-	04
Março	47	06	-	-	03	56
Abril	03	05	-	-	03	11
Maio	05	08	-	-	-	13
Junho	04	01	-	-	01	06
Julho	01	01	-	-	05	07
Agosto	03	01	-	-	02	06
Setembro	03	07	-	-	01	11
Outubro	06	02	-	-	-	08
Novembro	05	09	-	-	01	15
Dezembro	05	02	02	09	-	18
Total	84	44	02	09	16	155
%	54	28	1	6	11	100

3.10 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

SEGUNDA CÂMARA

Mês	Modalidades					Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	Decadência	
Janeiro	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	02	04	01	-	-	07
Março	06	03	01	02	01	13
Abril	04	05	-	01	01	11
Maio	05	01	01	04	01	12
Junho	01	01	01			03
Julho	03	11	01	02	03	20
Agosto	07	05	01	01	02	16
Setembro	03	-	01	01	-	05
Outubro	05	04	-	-	01	10
Novembro	08	05	-	01	-	14
Dezembro	08	07	-	-	-	15
Total	52	46	07	12	09	126
%	41	37	6	9	7	100

3.11 QUANTIDADE DE RECURSOS DE REVISTA JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO E APROVAÇÃO DE SÚMULAS

PLENO

Mês	Modalidades					Súmulas	Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	Decadência		
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-	-	-	-
Junho	-	-	-	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-	-	-	-
Setembro	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-	-	02	02
Total	-	-	-	-	-	02	02
%	-	-	-	-	-	100	100

3.12 TOTAL DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

Decisões	1. ^a Câmara	2. ^a Câmara	Pleno *	Total	%
Subsistentes	84	52	-	136	48
Insubsistentes	44	46	-	90	32
Nulidades de Autos de Infração	02	07	-	09	3
Decisões anuladas	09	12	-	21	8
Decadência	16	09	-	25	9
TOTAL	155	126	-	281	100

* Recursos de Revista.

3.13 QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS POR QUÓRUM DE VOTAÇÃO

Espécies de Acórdãos	1. ^a Câmara	2. ^a Câmara	Pleno*	Total Geral	%
À unanimidade	143	117	-	260	93
Por maioria de votos	04	08	-	12	4
Por voto de desempate	08	01	-	09	3
TOTAL	155	126	-	281	100

* Recursos de Revista

3.14 COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS JULGADOS

PERÍODO DE 2006 a 2010

Decisões	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Subsistentes	73	47	100	54	92	30	121	44	136	48
Insubsistentes	64	44	72	40	209	63	76	28	90	32
Nulidades de Autos de Infração	09	6	06	3	13	4	23	8	09	3
Decisões Anuladas	05	3	05	3	11	3	13	5	21	8
Decadência	-	-	-	-	-	-	29	11	25	9
Lei n.º 9080/2008*	-	-	-	-	-	-	10	4	-	-
TOTAL	151	100	183	100	325	100	272	100	281	100

*Extinção do processo sem julgamento do mérito.

3.15 QUANTIDADE DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

Mês	1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno	Total
Janeiro	-	-	-	-
Fevereiro	01	02	-	03
Março	05	04	-	09
Abril	03	03	-	06
Maio	03	03	-	06
Junho	02	01	-	03
Julho	03	05	-	08
Agosto	02	04	-	06
Setembro	02	01	-	03
Outubro	02	03	-	05
Novembro	04	03	-	07
Dezembro	03	04	01*	08
TOTAL	30	33	01*	64

Obs:

O CERF pode realizar até 24 sessões de julgamento por mês, sendo 08 ordinárias e 04 extraordinárias, por Câmara (artigo 34, § 1.º do R.I). Entretanto, a quantidade de processos remetida ao CERF está, no momento atual, muito aquém da sua capacidade de resposta.

* Sessão extraordinária para aprovação de Súmulas.

3.16 COMPARATIVO ANUAL DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

Ano	Quantidade			
	1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno	Total
2006	34	24	08	66
2007	30	31	-	61
2008	32	36	01	69
2009	41	38	01	80
2010	30	33	01*	64

* Sessão extraordinária para aprovação de Súmulas.

3.17 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO PRIMEIRA CÂMARA

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Carlos Heugênio Duarte Camisão	28	6,76
João Alfredo Ferreira Reisen	24	5,80
Karla Renata Braz de Assis	34	8,21
Marco Antônio Ferreira Barcellos	33	7,97
Marco Antônio Fontana	57	13,76
Thiago Nader Passos	34	8,21
TOTAL	210	50,71

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.18 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO SEGUNDA CÂMARA

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Edésio Medeiros Assad	32	7,73
Eduardo Antonio Santos Sampaio	32	7,73
Manoel Lucio Alves Fernandes	33	7,97
Maria Carmem de Freitas Coutinho de Souza	24	5,80
Maria das Graças Bastos Lima	36	8,70
Waldenor Cezário Mariot	27	6,52
TOTAL	184	44,45

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.19 QUANTIDADE DE RECURSOS DE REVISTA DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO

PLENO (Recursos de Revista)

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
-	-	-
TOTAL	-	-

3.20 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO SUPLENTE

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Henrique Ângelo Denicoli Júnior	4	0,97
José Maria Barboza	-	-
Maria Elisa Zago Rocha	-	-
Maria Teresa de Siqueira Lima	-	-
Neuza Rodrigues Bittencourt	11	2,66
Rogério Zanon da Silveira	5	1,21
TOTAL	20	4,84

TOTAL GERAL DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS	414	100
---	------------	------------

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência;

3.21 ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NO TOTAL DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS

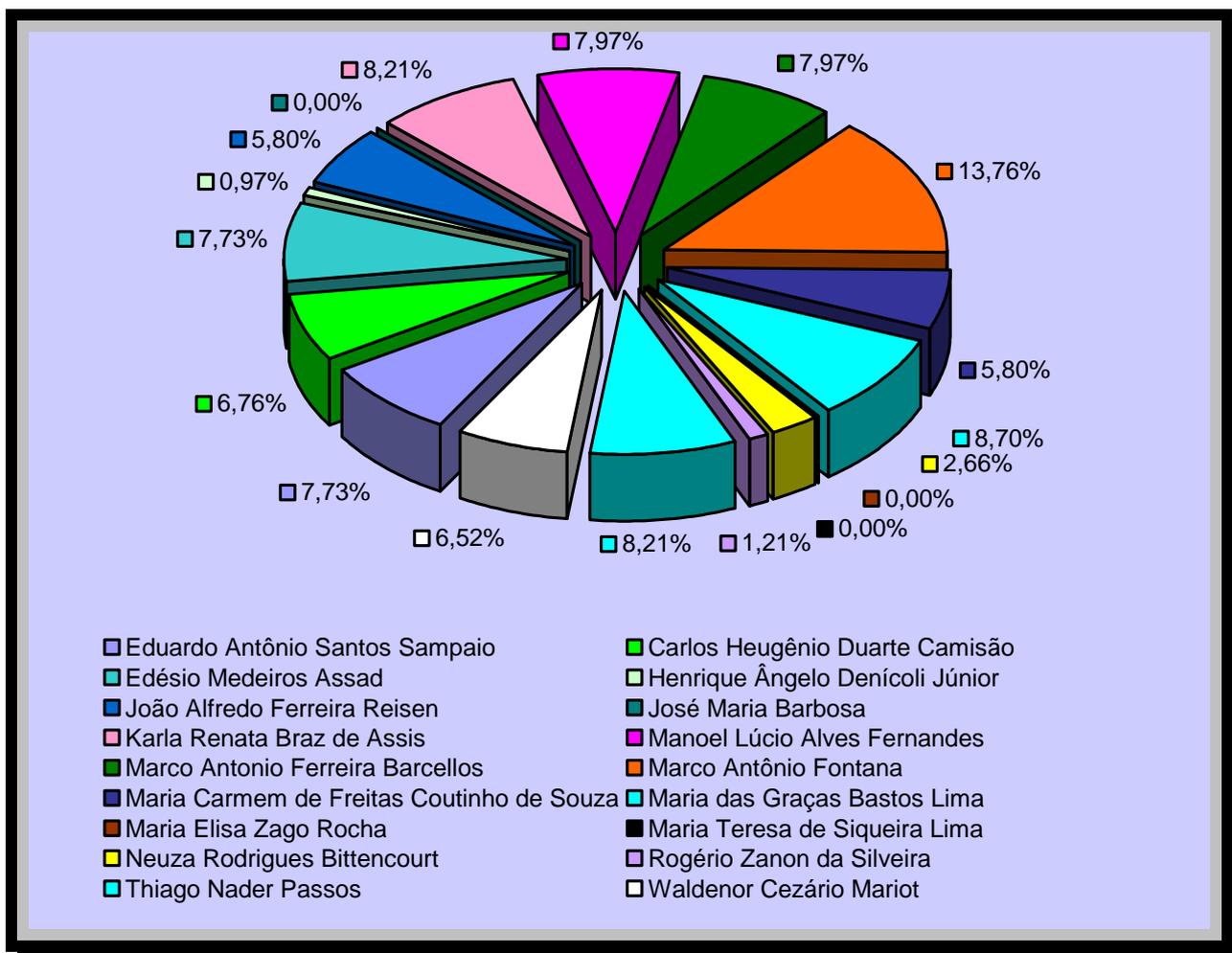


Gráfico 03

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.22 APROVAÇÃO DE SÚMULAS (PLENO)

Súmula N.º	Data Aprovação	Data Publicação D.O.E.
002	07/12/2010	12/12/2010
003	07/12/2010	12/12/2010

3.23 PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

Procurador do Estado	Recursos Distribuídos	%
Douglas Gianordoli Santos Júnior	181	52,77
Luíz Carlos de Oliveira*	14	4,08
Rafael Induzzi Drews	129	37,61
Santuzza da Costa Pereira Azeredo*	19	5,54
TOTAL	343	100

Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos.
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo Procurador, por dependência.

* Representantes da Fazenda Pública Estadual - **Suplentes**

3.24 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

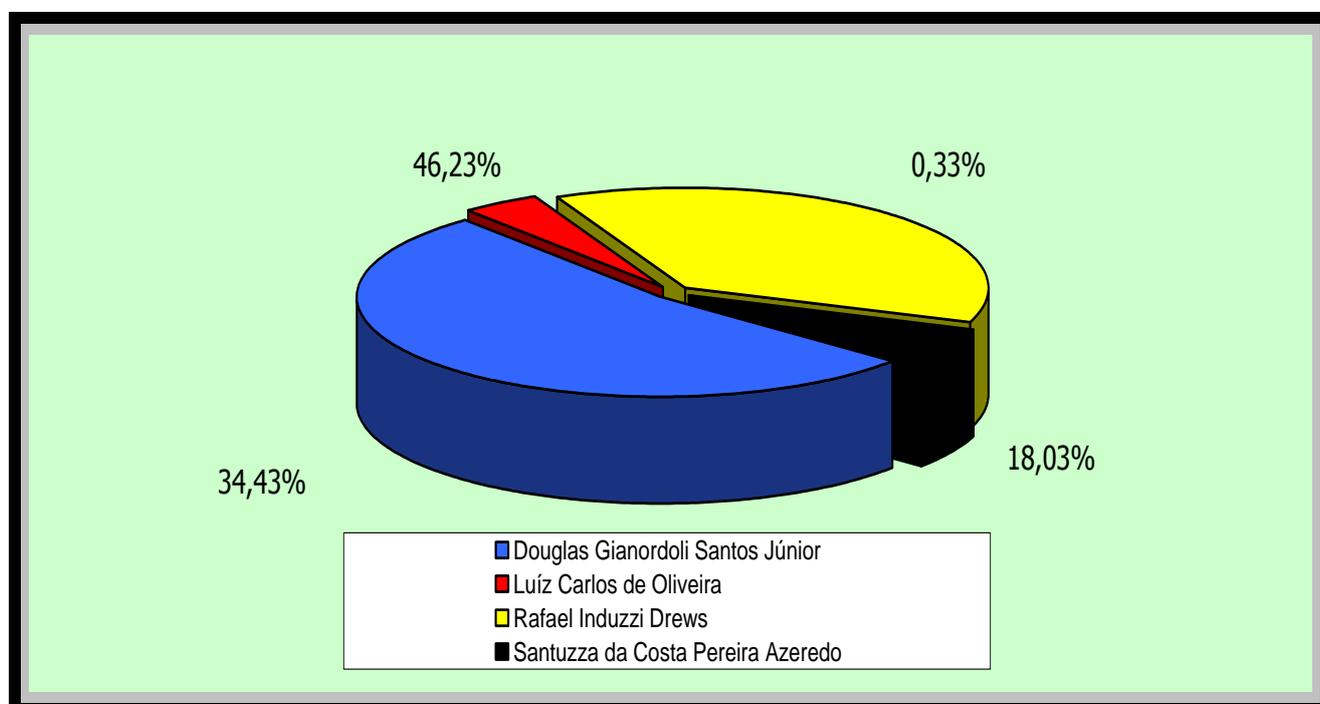


Gráfico 04

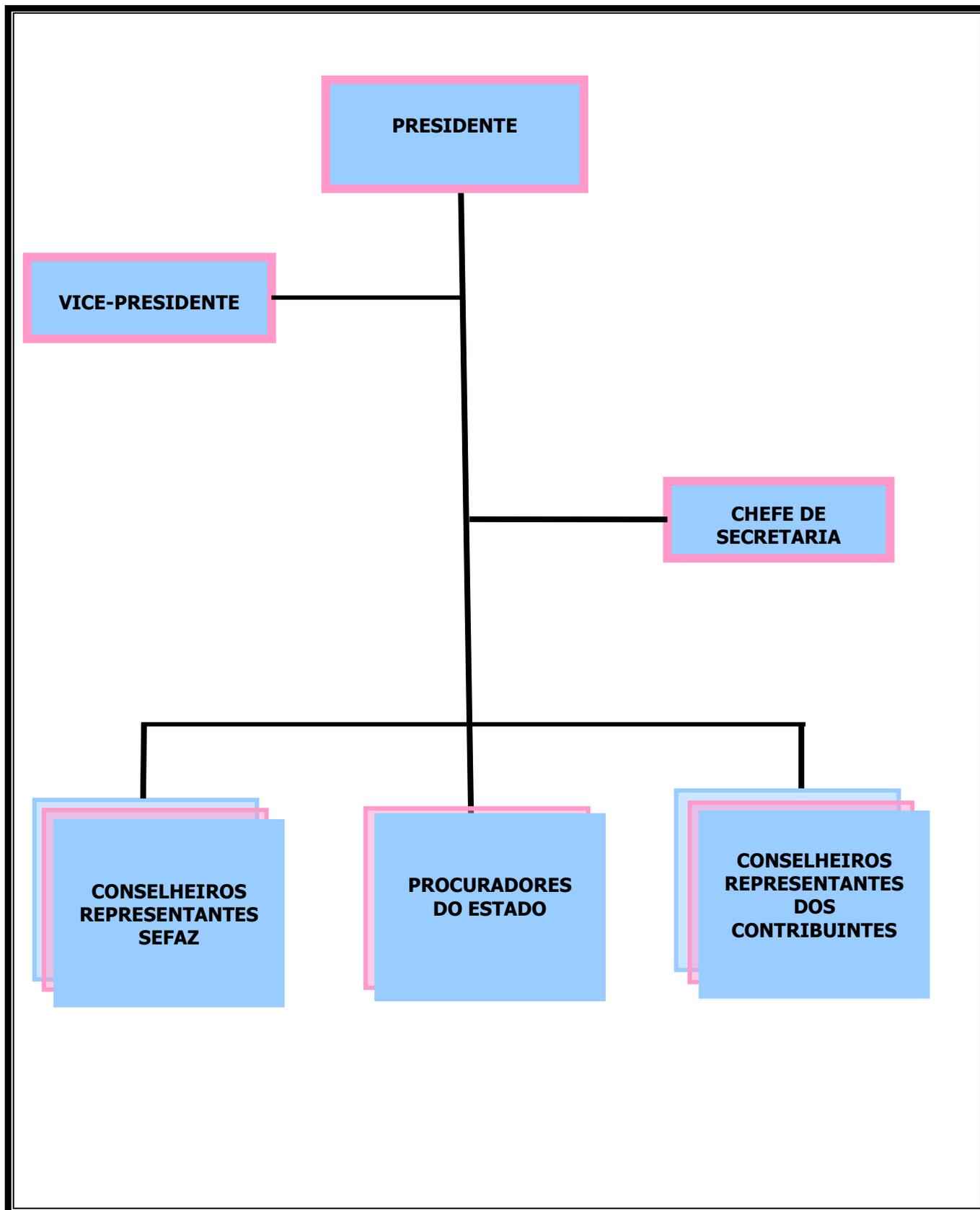
Obs:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos. Incluem-se da mesma forma, na apreciação deste exercício, recursos constantes como pendentes em 31/12/2009, apontados no "Demonstrativo 3.2".
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo Procurador, por dependência.

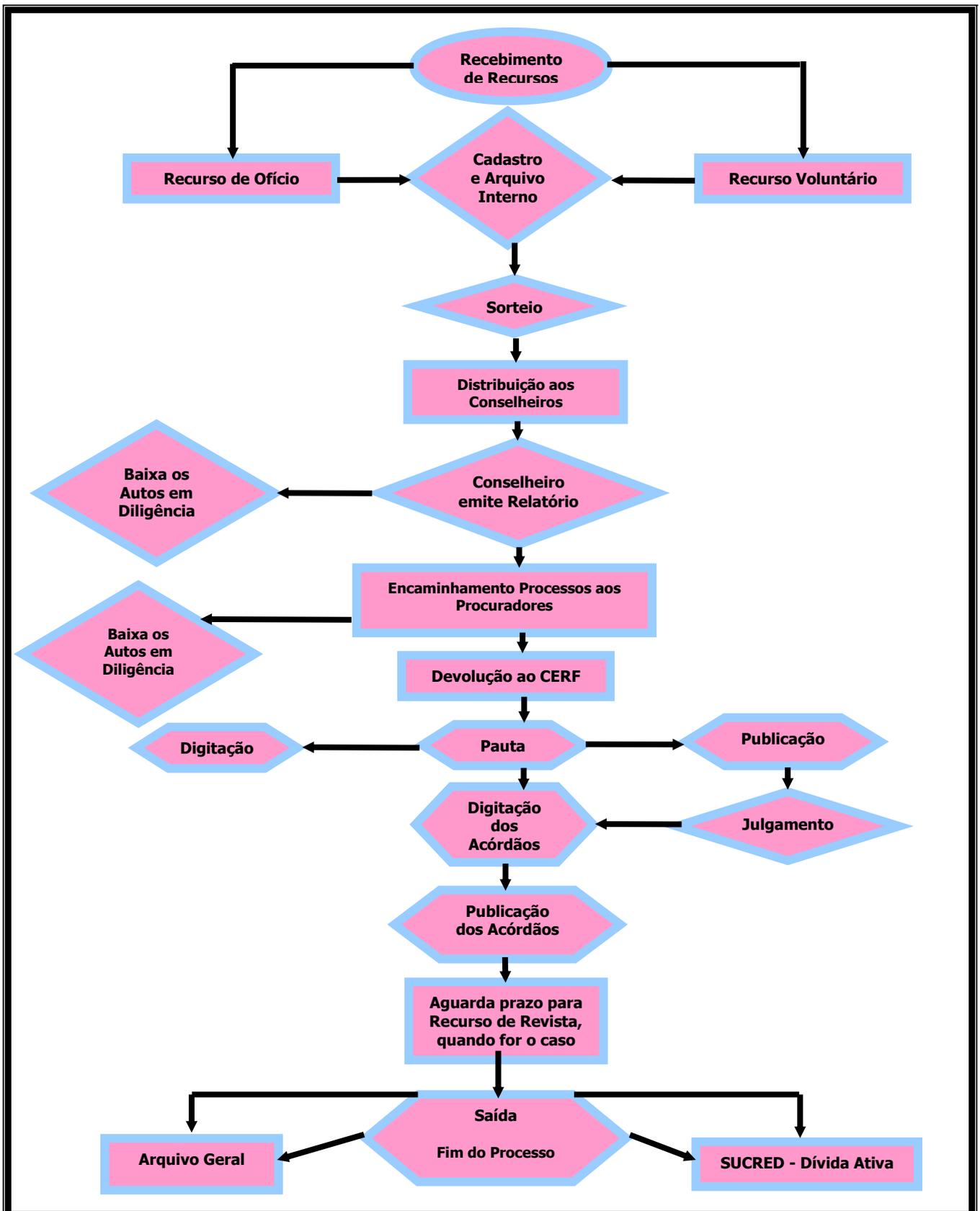
4. ANEXOS

4.1 ORGANOGRAMA DO CERF

(Conforme Regimento Interno, aprovado pelo Decreto N.º 1.353-R de 13/07/2004, com as alterações produzidas pelo Decreto N.º 1.606-R, de 28.12.2005)



4.2 FLUXOGRAMA DO CERF



4.3 MISSÃO E ATRIBUIÇÕES DO CERF

- MISSÃO -

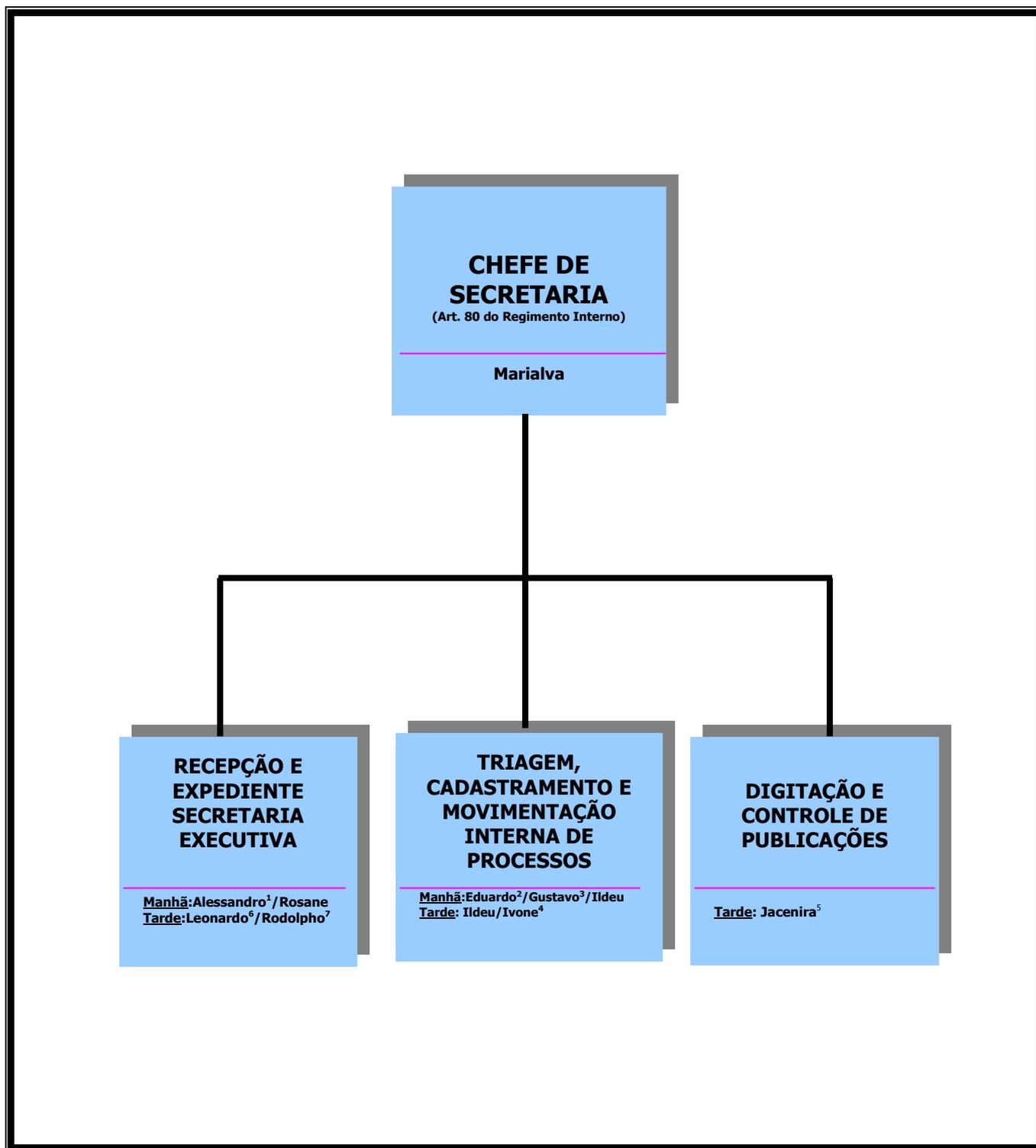
- **Julgar em última instância administrativa recursos das decisões sobre lançamento de tributos e penalidades por infração à legislação tributária.**

-ATRIBUIÇÕES DO CERF-

(Conforme Regimento Interno, aprovado pelo Decreto N.º 1.353-R de 13/07/2004, com as alterações produzidas pelo Decreto N.º 1.606-R, de 28.12.2005)

- Julgar em última instância administrativa recursos das decisões sobre lançamento de tributos e penalidades por infração à legislação tributária;
- Julgar da perempção dos recursos;
- Elaborar o seu Regimento Interno, "ad referendum" do Secretário de Estado da Fazenda, que o submeterá ao Governador do Estado;
- Dirimir dúvidas quanto à interpretação do seu Regimento;
- Sugerir ao Secretário de Estado da Fazenda projetos de lei e de regulamento ou quaisquer medidas tendentes ao aperfeiçoamento da legislação e da justiça administrativa fiscal ou à conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Pública;
- Aprovar súmulas.

4.4 ORGANOGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CERF



Notas:

¹ Iniciou as atividades em 05/04/2010;

² Rescindiu contrato em 05/05/2010;

³ Iniciou as atividades em 02/05/2010;

⁴ Afastou-se por aposentadoria em 23/03/2010;

⁵ Designada pela Portaria S Nº 66 de 22/07/2010, para exercer a Função Gratificada - FG.01;

⁶ Rescindiu contrato em 05/10/2010;

⁷ Iniciou as atividades em 05/10/2010.

4.5 CONSULTORIA/ASSESSORIA

